



Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO, ESPORTE, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA, OBRAS E MEIO AMBIENTE.

Nº do processo: 18779/2025.

Projeto de Lei Ordinária nº: 205/2025.

Autoria: Professor Antônio Cesar



EMENTA: DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO DISTRITO DE RIO QUARTEL, MUNICÍPIO DE LINHARES, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **PARECER FAVORÁVEL.**

I. RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária nº 205/2025 de iniciativa do Vereador Professor Antônio Cesar, tendo por objeto dispor sobre a denominação de vias públicas no Distrito de Rio Quartel, Município de Linhares, Estado do Espírito Santo.

A ilustre Procuradoria manifestou-se às fls. 32/38 proferindo parecer favorável ao prosseguimento do Projeto de Lei, tendo em vista ser constitucional e atender ao estabelecido na Lei Complementar nº 95/1998 quanto à técnica legislativa.

Emitido Parecer pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ), que opinou pela viabilidade do Projeto de Lei Ordinária nº 205/2025, às fls. 41/45 quanto aos aspectos de constitucionalidade e legalidade da proposição legislativa.

II. DOS FUNDAMENTOS

Primeiramente, é importante registrar que esta Comissão não possui competência para analisar aspectos Constitucionais ou legais, devendo apenas analisar questões estritamente sociais, conforme preceitua o Regimento Interno.





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

Desta forma, compete a esta Comissão emitir parecer sobre a matéria veiculada nos termos do art. 62, III, do Regimento Interno deste Palácio Legislativo que segue:

Art. 62. Compete:

[...]

III – à Comissão de Educação, Cultura, Turismo, Esporte, Saúde, Assistência Social, Segurança, Obras e Meio Ambiente:

- a) exarar parecer sobre matéria atinente à educação em geral, desenvolvimento do turismo, cultural, inclusive patrimônio histórico, geográfico, arqueológico, artístico e científico, diversões e espetáculos públicos, datas comemorativas, homenagens cívicas e **denominações de logradouros públicos**, práticas esportivas e de lazer;
- b) exarar parecer sobre matéria atinente à saúde e assistência social em geral, higiene e profilaxia sanitária, assistência sanitária, alimentação e nutrição;
- c) exarar parecer sobre matéria atinente à cidadania, à segurança pública, aos direitos do consumidor;
- d) exarar parecer sobre matéria atinente aos planos de desenvolvimento urbano, controle do uso do solo urbano, sistema viário, trânsito, parcelamento do solo, edificações, realização de obras públicas e política habitacional do Município;
- e) exarar parecer sobre matéria relacionada à política e sistema municipal do meio ambiente, ao saneamento básico, à proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais e ao desenvolvimento sustentável.

O texto da proposta legislativa versa sobre a denominação de 09 (nove) vias públicas no Distrito de Rio Quartel, neste município. Pela proposta, 06 (seis) vias serão nomeadas com a denominação de pessoas que marcaram a história de suas comunidades ou da cidade como um todo (art. 1º, I ao VI), e outras três vias serão nomeadas com nomes que remetem e reforçam o vínculo da comunidade com o meio ambiente e com a espiritualidade (art. 1º, VII ao IX).

O art. 1º, I, sugere a denominação de via pública como "Rua Gelson da Silva Francisco", apresentando certidão de óbito e croqui às fls. 09/10. Segundo a justificativa do projeto, o Sr. Gelson e sua esposa começaram a construção da igreja Católica Sagrado Coração de Jesus em Rio Quartel, onde dedicou praticamente os últimos anos de sua vida.

O art. 1º, II, por sua vez, sugere a denominação de via pública como "Rua Raulino Cardoso Netto", apresentando certidão de óbito e croqui às fls. 11/12. Segundo a justificativa





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

do projeto, o Sr. Raulino adquiriu, cultivou e posteriormente vendeu terras que constituem, atualmente, a chamada Rua das Flores na localidade.

Continuando, o art. 1º, III, nomeia via pública como "Rua Aldemir Barbosa Francisco", que atuou por anos em atividades comunitárias no bairro, como reuniões, mutirões de limpeza, campanhas sociais e iniciativas voltadas ao bem-estar coletivo. É apresentada a certidão de óbito e croqui às fls. 13/14.

A quarta via pública a receber nome pelo projeto de lei está especificada no art. 1º, IV, com sugestão de denominação como "Rua Jefferson Tonon Bernaldo", com apresentação da certidão de óbito e croqui às fls. 15/16. O Sr. Jefferson era conhecido por todos como Jeffinho de Elito. Faleceu ainda jovem, tendo criado vínculo com a comunidade por sua atuação social e profissional.

Seguindo, o art. 1º, V, sugere que seja nomeada via pública como "Rua Maurilio Ribeiro Antunes da Silva", tendo sido apresentada a certidão de óbito e croqui às fls. 17/18. O Sr. Maurilio, segundo a justificativa apresentada no projeto, participou de iniciativas importantes para o desenvolvimento da região de Rio Quartel, entre elas a colaboração para a chegada da energia elétrica à Rua das Flores, um marco para a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

A senhora Teresa Barbosa Cecilio é a última pessoa homenageada pelo projeto de lei nº 205/2025, conforme consta no seu art. 1º, VI, tendo sido apresentada a certidão de óbito e croqui às fls. 19/20. Teresa ficou conhecida na localidade de Rio Quartel por sua generosidade e bondade, tendo marcado gerações de moradores.

Por fim, o inciso VII do art. 1º nomeia via pública como Rua da Paz, tendo em vista que o logradouro público dá acesso ao cemitério local, reconhecendo o caráter simbólico e o valor humano que o nome representa. Em seguida, é sugerida a denominação de mais 2 vias públicas como Beco das Violetas e Beco das Tulipas, respectivamente, em homenagem





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

à beleza, simplicidade e simbolismo das flores, elementos universais de vida, harmonia e renovação, que remetem ao contexto de preservação da natureza. Os croquis apresentados constam nas fls. 21 a 23.

Conforme dispõe o art. 15, inciso XIII da Lei Orgânica do Município de Linhares-ES:

Art. 15. Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito Municipal, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que refere ao seguinte:

(...)

*XIII - denominação de próprios, **vias e logradouros públicos**.*

O Regimento Interno, por sua vez, dispõe que a denominação de logradouros públicos (art. 62, III, *a*) está incluída entre as matérias atinentes às atribuições de manifestação desta Comissão Residual, conforme acima destacado.

A denominação de bens próprios e vias públicas da municipalidade é uma forma de prestar homenagem e de prestigiar pessoas que, por sua atividade, tenham contribuído de algum modo para o desenvolvimento local ou para o bem-estar coletivo, sendo prática corrente nos municípios de todo o país.

Quanto aos aspectos jurídicos, importante ressaltar que a denominação de logradouro, obras, serviços e monumentos públicos é regulamentada pela Lei Federal nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que prevê, em seus artigos 1º e 2º, algumas restrições para o procedimento, vejamos:

*Art. 1º É proibido, em todo o território nacional, **atribuir nome de pessoa viva** ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta.*

Art. 2º É igualmente vedada a inscrição dos nomes de autoridades ou administradores em placas indicadores de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da Administração Pública direta ou indireta.

Conforme acima exposto, o autor da proposta apresentou breve biografia e teceu explicações sobre as escolhas dos nomes para os logradouros públicos, além de ter apresentado as certidões de óbito e croquis necessários à identificação das vias.





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

Cumprir destacar que a denominação de vias públicas é uma forma de **instrumentalizar o acesso a diretos básicos pelos cidadãos**, uma vez que permite a identificação do logradouro para a entrega de correspondências, referencia o nome e endereço em documentos públicos e oficiais e direciona a manutenção de serviços públicos – como calçamento, reposição asfáltica, iluminação pública, capina, instalação de placas, abrigos de ônibus, dentre outros.

Considerando que o papel do Poder Legislativo é fiscalizar e legislar em benefício da população, o atendimento da proposição representaria uma forma de atender aos anseios da comunidade nesse sentido, viabilizando a concretização da prestação de serviços públicos essenciais para o bem-estar social, além de colaborar para a construção de memória coletiva do bairro com as homenagens pretendidas.

Quanto à inserção das temáticas da matéria legislativa no âmbito da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, destacamos os seguintes Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e suas respectivas metas¹:

Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.

Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis

São essas as considerações sobre a matéria do Projeto de Lei Ordinária nº 205/2025.

III. CONCLUSÃO

Pelo exposto, ante a análise e apreciação do projeto em tela, após os Pareceres da Procuradoria e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ), a Comissão de Educação, Cultura, Turismo, Esporte, Saúde, Assistência Social, Segurança, Obras e Meio

¹ <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

Ambiente da Câmara Municipal de Linhares é de **PARECER FAVORÁVEL** ao prosseguimento do Projeto de Lei Ordinária nº 205/2025, de autoria do *Professor Antônio Cesar*, nos termos em que fora proposto.

É o PARECER desta Comissão.

Plenário Joaquim Calmon, 03 de fevereiro de 2026.

ANTÔNIO CESAR MACHADO DA SILVA

(Professor Antônio Cesar)

Presidente

PAULO NUNES

(Paulinho do Maracujá)

Relator

JAGUARÁ MACHADO FEU

(Jaguará da Saúde)

Membro



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100320034003200310033003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **PROFESSOR ANTÔNIO CÉSAR (ANTÔNIO CÉSAR MACHADO DA SILVA)** em 06/02/2026 12:19

Checksum: **D1132FB147F502FB955DF31BD0774B5C8E1F901B13449C2D0877423C4026E369**

Assinado eletronicamente por **JAGUARÁ MACHADO FEU** em 06/02/2026 12:56

Checksum: **CB7F96304D4DCAD0EA24C0E37C16B14DE67C2FB016279CB16ADB79CDE2D7F7F7**

Assinado eletronicamente por **PAULINHO DO MARACUJÁ (PAULO NUNES)** em 06/02/2026 13:21

Checksum: **8F55F45970F9A82C58480BB51F5BB195F77E4B884E63D26683FC8A0ED8AB00B3**

